



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



**80**  
ANOS  
**SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL**

## O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE

**Camila Barros Moraes**

Assistente Social e mestranda no Programa de Pós Graduação Mestrado Acadêmico  
em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense  
(UFF)

E-mail: [camila.barrosm@yahoo.com.br](mailto:camila.barrosm@yahoo.com.br)  
Telefone: 96661-3773

**Natureza do trabalho:** Reflexão teórica

**Eixo Temático:** EIXO VI: QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO  
SOCIAL

**Tema:** Questão Urbana (Direito à Cidade, Habitação).



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL E O LUGAR DO NEGRO NA CIDADE

### Resumo

O desenvolvimento desigual e combinado é o ponto de partida para a análise do desenvolvimento geográfico desigual, que transforma a cidade em alvo de reprodução das diversas formas de opressão. Quando pensamos a cidade pelo ângulo racial, compreendemos que a população negra segue sendo a maior prejudicada na organização desigual do espaço, e ocupa os lugares mais subalternos no espaço urbano.

Palavras-chave: cidade, racial e urbano.

### Abstract

The uneven and combined development is the starting point for the analysis of uneven geographical development that transforms the city in reproduction target the various forms of oppression. When we think of the city by the racial angle, we realize that the black population remains the most impaired in the unequal organization of space and occupies the most subordinate places in the urban space.

Keywords : City, racial and urban.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## 1- INTRODUÇÃO

Os espaços geográficos desiguais nas cidades são caracterizados pela intensidade de investimentos de capitais, garantindo que as regiões centrais, com abundância de capital, fiquem mais ricas enquanto as periferias, regiões desprovidas de investimentos, fiquem mais pobres. O que nos interessa essencialmente no decorrer de nossas análises é pensar as cidades sob o ângulo racial, problematizando qual lugar historicamente destinado a população negra no espaço urbano. Para isso pretendemos compreender, baseados principalmente na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que esta desigualdade do espaço geográfico urbano não é natural, a divisão de espaços hierarquizados e as diferentes formas de sociabilidade são uma criação histórica aprofundada por múltiplas atividades humanas, e tem sido imprescindível para a acumulação de capital. E também identificar como as representações do espaço mascaram e ocultam a realidade, pois escondem as contradições e as relações sociais e raciais existentes.

No primeiro ponto traremos algumas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no mundo e suas particularidades no Brasil. Compreendendo que o modo de produção capitalista necessita realizar ajustes espaciais para garantir a expansão da produção, conseqüentemente o aumento da acumulação. Traremos o conceito de desenvolvimento desigual e combinado com o objetivo de compreender porque o capitalismo dos países centrais desenvolve-se num ritmo diferente dos países periféricos. Partimos dessa teoria para compreender o desenvolvimento geográfico desigual. No sentido de que se é necessário a existência dos países periféricos para existir os países centrais, do mesmo modo, na escala das cidades, é necessário existir as periferias para o desenvolvimento do centro.

No segundo ponto nosso objetivo é analisar a cidade pelo ângulo racial. Partindo do entendimento que as contradições do capitalismo aparecem diretamente ligadas à



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

ocupação do espaço, que é a arena de reprodução das relações sociais do capitalismo, relações estas que principalmente no Brasil foram construídas historicamente permeadas pelo racismo. Fato que fez com a população negra continue sendo a mais prejudicada no processo de acumulação.

## 1- A importância da organização espacial para acumulação capitalista

Segundo Harvey (2004), o capitalismo jamais sobreviveria sem seus ajustes espaciais, pois a “produção do espaço geográfico é fundamental e intrínseca na dinâmica da acumulação do capital e da geopolítica da luta de classes” (HARVEY, 2004, p.81), por isso, o sistema capitalista tem recorrido à diversas estratégias buscando soluções parciais para seus impasses e crises<sup>1</sup> constantes. O autor aponta que dentre algumas saídas para resolver parcialmente as crises cíclicas e reestabelecer o crescimento da acumulação, o capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganizações geográficas. Ele diz que o sistema não pode sobreviver sem os “ajustes espaciais”, por isso:

Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estrutura e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para maior acumulação num estágio ulterior. (HARVEY, 2004, p 81)

O desenvolvimento da tecnologia possibilitou a expansão da produção e concomitante com o aumento da produção, foi fundamental a expansão do mercado para a circulação da mercadoria produzida. Esta circulação denota um sentido de integração do espaço e uma redução do tempo, criando um espaço novo para que o

---

<sup>1</sup> Se pudéssemos resumir as contradições do modo de produção capitalista em duas, diríamos que a primeira é que o capital precisa do trabalhador excedente (Exército Industrial de Reserva) para pressionar a classe trabalhadora e regular os salários, porém ao mesmo tempo, a condição de vida desses trabalhadores sem emprego supostamente poderia criar tensões e revoltas na classe trabalhadora, colocando em risco o próprio sistema capitalista (É importante considerarmos que existe uma ideologia burguesa que é hegemônica e os próprios trabalhadores a reproduzem. Ainda que os trabalhadores vivam em condições extremamente precárias, a força ideológica da burguesia e a alienação do trabalho podem atravancar, por exemplo, uma revolução na classe trabalhadora.) E a segunda é que o capitalismo busca sempre o desenvolvimento das forças produtivas com o objetivo de produzir mais e aumentar a acumulação. No entanto, a evolução tecnológica traz uma queda na taxa de lucro, porque só o trabalhador produz mais-valia, a máquina não. Neste caso há aumento na produção e diminuição de mais-valia. Ver mais em: MARX, 1867.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

capital possa ser acumulado de forma mais expansiva. Da necessidade de criação de novos espaços para a acumulação, o capitalismo se consolidou plenamente e alcançou uma difusão espacial significativa tornando-se mundialmente um só organismo econômico e político.

O capitalismo se tornou um sistema econômico mundial, porém sua evolução aconteceu de forma desigual e combinada. Cada país entrou na divisão internacional de trabalho sobre a base do mercado mundial capitalista, mas cada nação participou de forma peculiar e em grau diferente na expressão e expansão do capitalismo e teve etapas distintas no seu desenvolvimento.

Novack (1988) traz um ensaio sobre o curso desigual da história, onde pretende sintetizar a partir de um viés teórico, o que denomina uma das leis fundamentais da história humana, a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Os apontamentos do autor serão essenciais para nos auxiliar na compreensão da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Novack (1988) aponta em suas análises como o processo de desenvolvimento de determinadas formações sociais acaba por conter em si elementos correspondentes a distintas etapas do desenvolvimento de outras formações sociais.

A essência da lei do desenvolvimento desigual está no fato de que o progresso da humanidade, que o autor entende como a evolução do domínio do homem sobre as forças de produção, acontece de maneira mais lenta ou mais rápida nos distintos países, continentes e etc. por questões naturais, culturais e históricas. Essas disparidades causam a expansão ou compressão de determinadas épocas históricas, conferindo diferentes proporções de desenvolvimento aos diferentes povos. A contradição aparece quando percebemos que apesar das peculiaridades, as diferentes formações sociais interagem de forma combinada de modo a produzir um “salto qualitativo” na evolução de seus povos permitindo que cada um desses, sobretudo os “mais atrasados”, adote e assimile formas e elementos provenientes dos outros. Isenta de repetir todas as fases evolutivas das “nações mais avançadas”, as “nações atrasadas”, importam daquelas a última novidade em tecnologia, economia ou política e implantam em condições sociais “arcaicas”. Segundo Novack (1988) esta contradição é a essência da lei do desenvolvimento combinado.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

**11 a 13 de maio de 2016**



A combinação só é possível justamente porque o ritmo histórico aparece desigual quando se compara as distintas formações sociais no que se diz respeito ao desenvolvimento da economia, cultura, política, tecnologia e etc. Os “saltos históricos” das “nações atrasadas” acabam por tornar ainda mais contraditórias as realidades econômico-sociais. O processo de desenvolvimento desigual e combinado torna-se indispensável para a acumulação de capital, essencialmente nos países de capitalismo avançado. Assim como na Lei Geral de Acumulação Capitalista<sup>2</sup>, a acumulação de riqueza nos países de capitalismo avançado é, portanto, ao mesmo tempo a acumulação de miséria, nos países periféricos.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é o ponto de partida para a análise do desenvolvimento geográfico desigual, que por sua vez constitui-se como uma tentativa teórico-metodológica que tem como principal objetivo compreender a espacialidade do desenvolvimento desigual, a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. A produção de espaços geográficos desiguais também é indispensável ao sistema capitalista. Da mesma forma que a existência dos países periféricos é necessária para o desenvolvimento dos países centrais, na escala das cidades é necessário que exista a periferia para existir o centro. Os efeitos negativos do capitalismo foram intensificados pelo processo de “globalização”, resultando em alterações geográficas profundas, a fim de ampliar a acumulação do capital, produzindo o desenvolvimento geográfico desigual.

Harvey (2006) afirma que a cidade tal qual conhecemos nos dias atuais, é produto da sociedade capitalista, que ao se reproduzir imprime no espaço geográfico a desigualdade que é intrínseca a esse modo de produção. O Estado organiza o espaço urbano numa divisão hierarquizada através de um modelo de desenvolvimento geográfico desigual, que utiliza da centralização do capital para produzir uma acumulação desigual no espaço, transformando-o ou reconfigurando-o.

Assim como na teoria marxiana entendemos que o Estado tem ampla relação com a propriedade privada e a divisão social do trabalho e serve como um instrumento político que privilegia os interesses da burguesia. Partindo do método materialista, histórico e dialético, Marx (1843) inverte a ideia de Estado hegeliana. Se Hegel põe o

---

<sup>2</sup> Ver mais em: MARX, 1867



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Estado como organizador e o fundador da racionalidade na sociedade civil, Marx (1843) afirma que não é o Estado que funda a sociedade civil, mas sim a sociedade civil que permite a compreensão do Estado. Nesse sentido, para o autor o Estado expressa a sociedade civil<sup>3</sup>, que por sua vez é uma arena de conflito entre as classes sociais. É através do Estado que uma classe dominante adquire sua forma política essencial para manter a hegemonia e fazer valer seus interesses. A tese marxista central em relação ao Estado diz respeito à sua natureza de classe. Não é casual que o Estado seja o principal instrumento de organização espacial do espaço urbano em favor da acumulação de capital.

É importante salientar que ainda que as contribuições marxianas não tenham dado conta de problematizar as contradições no interior das classes sociais, compreendemos que a classe trabalhadora não é homogênea, por isso é essencial considerarmos, por exemplo, a questão racial, pois os trabalhadores negros seguem sendo os mais prejudicados na busca incessante pela acumulação capitalista. Se compreendemos que o racismo foi o condutor das relações sociais no Brasil e que o espaço urbano é a arena de reprodução dessas relações, corroboramos que é indispensável a reflexão sobre a questão racial no espaço urbano.

## 1- A produção do espaço e as relações raciais

No modo de produção capitalista as relações de produção, ou a forma que os homens se organizam para produzir se constitui como uma relação entre classes sociais, onde a produção de mais-valia<sup>4</sup> é o que impulsiona a produção e a acumulação capitalista, porém a mais-valia produzida não é fruto da criação do capitalista que a acumula, é o trabalhador que agrega ao produto de seu trabalho um valor a mais que antes não existia. O valor da mercadoria trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, porém na lógica do capital o valor da força de trabalho pago na forma de salário esconde o tempo de trabalho que é apropriado pelo capitalista, o trabalho é a fonte de mais-valia, ou seja, é fonte da acumulação de capital.

---

<sup>3</sup> . Para Marx, a sociedade civil é a esfera das relações econômicas. Essa categoria na sua obra, não possui centralidade na dimensão política, ao contrário de Gramsci. (LIGUORI,2006)

<sup>4</sup> Ver mais em MARX, 1867



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

Marx (1867) afirma que assim como em todas as formas de sociedade o modo de produção capitalista é formado não só de produção, mas também de reprodução. A produção capitalista não é tão somente produção de mercadoria e de mais-valia, mas também produção e reprodução de relações sociais. A produção de mercadorias só é possível se houver a reprodução das relações sociais antagônicas entre trabalhadores e capitalistas. A cada fim do processo produtivo, temos duas classes distintas: aquela que detém os meios de produção, e continuará os detendo e aquela que detém a força de trabalho, e continuará a dispor somente dela. Ou seja, o processo de produção e reprodução capitalista não gera apenas coisas, mas principalmente relações sociais de dominação e opressão. Nesta lógica a força de trabalho não é valorizada individualmente, mas sim coletivamente, sendo assim se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das questões raciais, a população negra representará parcela mais explorada e oprimida da classe trabalhadora. Junto a desigualdade fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital, somam-se desigualdades como a baseada em critérios raciais, que reforçam os mecanismos de exploração/dominação.

A necessidade do capitalismo de se reorganizar no mundo globalizado tornou as cidades o principal alvo de reprodução das diversas formas de opressão, exploração e dominação, produzindo espaços de extrema desigualdade e conflito. Pensar na produção do espaço é dar ênfase na importância do espaço geográfico como mecanismo de manutenção do modelo de desenvolvimento capitalista.

Lefebvre (2000) analisa a produção do espaço da seguinte forma:

O espaço não é jamais produzido como um quilograma de açúcar ou um metro de tecido. Ele não é mais a soma de lugares e praças destes produtos: o açúcar, o trigo, o tecido, o ferro. Não. Ele se reproduziria como uma superestrutura? Não. Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado e cada uma de suas instituições que o compõem, supõem um espaço e a organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma "condição" a priori de instituições e do Estado que a coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente as relações de propriedade ( a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outras partes ligada a forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua "realidade" ao mesmo tempo formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção, redes de troca, fluxo de matéria prima e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados. Este meio de produção, produzido como tal, não pode se separar nem das forças produtivas, das técnicas e do saber, nem da divisão do trabalho social que o modela, nem da natureza, nem do Estado e das superestruturas. (LEFEVBRE, 2000- p.11)





Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Uma série de mediações como a ação de grupos sociais e fatores relacionados ao conhecimento, à ideologia ou ao domínio das representações deve ser considerada para compreendermos a produção do “espaço social”. Este se constitui por uma diversidade de objetos, que não são apenas coisas, mas também relações. A partir dessas análises, Lefebvre (2000) formula o conceito de reprodução das relações de produção capitalistas e a centralidade desempenhada pelo conceito de “espaço social” para a compreensão de tal dinâmica de reprodução. O autor analisa o espaço como um produto social, propõe uma teoria que entende o espaço como intrínseco à realidade social, ou seja, o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida, nem pode ser reduzido a conceitos a priori. Ele é entendido como sendo aspecto integral da prática social.

Considerando a importância dos processos sócio-históricos na produção do espaço urbano, entendemos que para compreendermos o lugar do negro na cidade hoje, é necessário recorrermos à organização das cidades coloniais onde a população negra não tinha acesso aos serviços e equipamentos, mas encarnava os próprios serviços. Lúcia Silva (Silva 2006) nos diz que durante o período colonial as cidades eram organizadas segundo a lógica do capitalismo mercantil e sustentava-se através do trabalho escravo, ou seja, “a abertura de vias, a construção de casas, a aquisição de água, a eliminação dos restos (lixo e esgotamento sanitário), o transporte das mercadorias, enfim tudo dependia da mão de obra escrava.” (SILVA, 2006- p.30)

A autora avalia que a maior mobilidade dos escravizados na cidade, fazia com que a escravidão urbana demonstrasse características diferentes da escravidão rural, pois a “menor fiscalização” vinda do senhor, seria preenchida por uma maior fiscalização do Estado. O Estado passou a ter a função de coibir e limitar a movimentação dos escravizados nas ruas da cidade, numa lógica onde a infração da ordem vinha seguida de punição, essencialmente punição física. Porém, os escravizados dificilmente carregavam as placas (que eram exigidas por lei) identificando seu ofício e para quem trabalhavam, fato que tornava difícil a distinção entre o negro escravizado e o forro no cotidiano, refletindo na repressão de toda a população negra que vivia no espaço urbano. A maior “liberdade” do escravizado era funcional ao desenvolvimento da cidade e a acumulação de capital mercantil, pois ele precisava garantir seu próprio sustento tendo que trabalhar o dobro do que trabalhava na fazenda.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

Nas cidades coloniais o espaço público era a extensão do espaço privado das fazendas, pois a escravidão era o que fazia a cidade funcionar. Ainda que na “escravidão urbana” o negro (escravizado ou livre) tivesse maior mobilidade de transitar por todo espaço urbano, sempre teve seu território muito bem delimitado na cidade, “seja nos porões dos sobrados, debaixo das mesas dos senhores ou mesmo no pelouro, nos quilombos e nas capelas das irmandades, a cidade colonial estava cindida dualmente entre senhores e escravos desde os seus primórdios.” (SILVA, 2006-p37)

O processo de transição da escravidão para o capitalismo começa a produzir uma nova configuração espacial, onde era necessário a dissolução das relações escravistas na cidade para dar características do modo de produção capitalista ao espaço urbano. As reformas urbanas após essa transição tinham o objetivo de adequar os núcleos urbanos as necessidades de acumulação de capital, ou seja, transformar as cidades no lugar do progresso, torná-la produtiva e ainda “disciplinar uma população que teimosamente não se encaixava no modelo de civilização europeu” (SILVA, 2006, p 39). Para isso era necessário criar uma nova imagem que se diferenciava do período da cidade colonial. Nasceram articulações para o embelezamento e a modernização da cidade.

Nesse processo de urbanização marcado por diversas intervenções no espaço da cidade, segundo Silva (2006) a população negra ex-escravizada, mesmo que agora livres, continuaram na contramão da ordem. Representavam temor na cidade, e eram entendidos pelas classes dirigentes apenas como os “malandros” e criminosos. Deviam se manter longe do espaço destinado as classes dirigentes. Para esses foram destinados os subúrbios e as periferias urbanas, preferencialmente distante dos centros das cidades onde devia ser lugar do progresso e da modernização. Para os trabalhadores imigrantes europeus, conhecidos por serem os únicos trabalhadores descentes, compreendia-se a necessidade de casas higiênicas, longe dos malefícios da rua. Assim delimitavam-se os territórios da classe trabalhadora no processo de modernização urbana.

A reforma urbana tinha como objetivo organizar o espaço urbano de acordo com a necessidade de acumulação de capital. Por isso, amparadas pelo Estado, as intervenções urbanísticas potencializam o processo de segregação sócio-espacial retirando a população pobre, majoritariamente negra, dos bairros centrais. As políticas



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



públicas de urbanização não conseguiram conter o crescimento da cidade, mas criaram espaços geograficamente desiguais. Desde a cidade colonial foi se configurando a forma de morar na cidade, reproduzindo no espaço urbano a divisão social e racial da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços geográficos desiguais são produzidos de acordo com as necessidades de acumulação de capital. Por isso, encontramos na cidade espaços diferenciados, que visam definir o lugar de cada cidadão e de cada grupo, a partir de um movimento de separação que atribui uma função social a cada localidade. Historicamente as cidades brasileiras revelam um processo de modernização baseado na segregação, na fragmentação do espaço, bem como no crescimento da periferia.

No Brasil, apesar de não ter tido nenhum tipo de política de segregação oficializada, o racismo vem se desenvolvendo desde a era escravocrata apoiado na força de trabalho escravizada dos africanos e de seus descendentes. O sistema de escravidão criou uma fábrica de preconceitos de todos os tipos dentre os quais se destaca o preconceito racial imposto pelo padrão europeu trazido pelos colonizadores portugueses. O racismo no Brasil tem raízes profundas nos séculos de escravismo, reiterando-se, desenvolvendo-se e recriando-se em cada período histórico do país materializando-se em suas diversas expressões no espaço urbano.

A história da formação do país foi marcada por um longo período escravista e a nossa sociedade vem carregando esse legado até a atualidade, a população negra, ainda nos dias de hoje, é a população mais criminalizada, mais explorada e que mais sofre com a segregação sócio-espacial. A situação social dos negros frente ao contexto de exploração, discriminação e utilização da força de trabalho é um dilema fundamental da formação, e transformação da sociedade brasileira.

A impossibilidade do acesso à terra somada a inserção subalterna da população negra no mercado de trabalho na ordem competitiva, trouxeram como consequência a



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



pobreza estrutural desta população que reflete na espacialização dos diferentes seguimentos na cidade. Esta pobreza materializa-se nos elementos que compõe a segregação e tem na habitação precarizada a sua maior expressão. O mercado imobiliário capitalista, os baixos salários e a desigualdade social presente desde o início da formação das cidades brasileiras, impossibilitaram o acesso à moradia para grande parte da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**CAMPOS**, Andrelino. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico metodológicas. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.) Questões urbanas e racismo. Petrópolis: DP et Alli, Brasília, 2012

**HARVEY**, David. Espaços de Esperança. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. O espaço: Mero reflexo da sociedade ou fato social?/ O espaço como Instância social. In: Por uma geografia Nova. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Teoria do conhecimento. Capítulo I in Lógica Formal, lógica dialética. Civilização Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1975.

**MARX**, K. O Capital. (primeira publicação-1867) Editora Nova Cultura Ltda. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843. 2ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

**MUNANGA**, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos PENESB-5, organizador André Brandão Niterói, 2004.

**LOWY**, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na revista Actuel Marx, 18, 1995.

**NOVACK**, George. A Lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade. Impresso no Brasil, 1988.

**SILVA**, Lúcia. Etnia e Território: Como pensar as cidades brasileiras sob o ângulo racial. R. Mestr. Hist., Vassouras, v. 8, p. 27-50, 2006.